



Conglomerado Financeiro Citi Brasil - 2020

Mais do que números, nossos resultados trazem progresso para a sociedade.

A pandemia reforçou o quanto a saúde, o meio ambiente e a economia estão interligados. A Covid-19 gerou diversos problemas sociais, mas também destacou a necessidade de práticas robustas e eficazes de governança corporativa. Demonstrou, ainda, o quanto a questão ambiental representa um risco para a economia global e a saúde humana. Sólidas práticas de **ESG (Environmental, Social and Governance ou Ambiental, Social e Governança, em português)** nunca foram tão importantes.

Para o Citi, o tema **ESG** não é uma novidade. Ele está incorporado em nosso DNA, em como fazemos negócio. Nossos esforços para eliminar as diferenças salariais entre gêneros e estimular a equidade racial, e o nosso pioneirismo em liderar uma agenda verde demonstram o nosso compromisso. Estamos determinados a continuar sendo parte da solução desses desafios, incentivando que outros façam o mesmo.

Somos o banco **mais global do mundo**, com presença em **96 países**, e contribuimos ativamente para o desenvolvimento da sociedade. Só em 2020, a **Citi Foundation** - braço social do Citi - investiu mais de **US\$ 100 milhões** em projetos sociais que trazem impacto positivo para a população de baixa renda nos países em que atuamos. No Brasil, os recursos foram destinados à **construção de leitos de UTI, à proteção dos profissionais de saúde, ao combate à fome e ao acesso à educação para crianças e adolescentes.**

Reconhecemos, também, a urgência de uma ação coletiva no combate à crise climática e ambiental em todo o mundo. Por isso financiamos soluções de baixo carbono e nos comprometemos com linhas de investimento em transações ambientais.

No ano passado, lançamos uma nova meta de financiamento de **US\$ 250 bilhões em soluções climáticas** em todo o mundo até 2025. A meta anterior, de financiar US\$ 100 bilhões em dez anos, foi atingida quatro anos antes, com um total de financiamentos na ordem de US\$ 164 bilhões. Ou seja, a nova meta é **150% maior** que a anterior em um prazo **50% menor**.

Agora, fomos além. Anunciamos mais um ambicioso passo nessa jornada para zerar emissões líquidas até 2050. Isso significa que quaisquer emissões de efeito estufa associadas às nossas atividades serão reduzidas a zero ou simplesmente removidas da atmosfera. Para nós, zero emissão de carbono não inclui apenas nossas próprias operações, mas também os impactos dos nossos principais negócios.

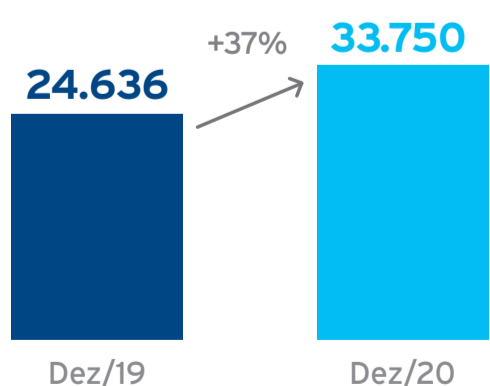
Convidamos todas as empresas a se juntarem ao Citi nessa jornada. Hoje, mais do que nunca, o mundo precisa de nós.

Marcelo Marangon
Presidente do Citi Brasil

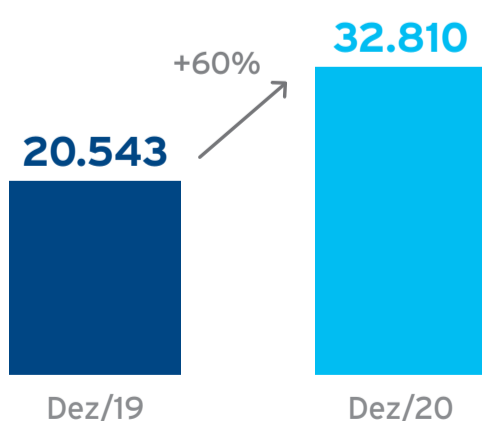


Nossos Resultados BR GAAP (em milhões de reais)

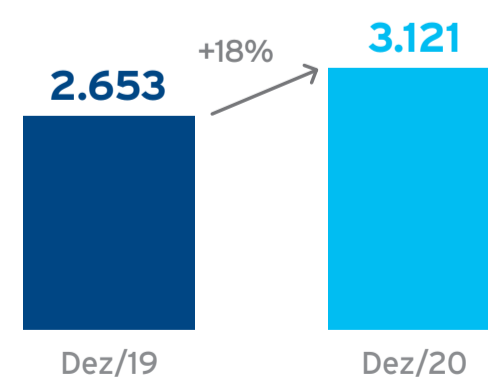
Carteira de Crédito Expandida



Depósitos



Margem Financeira



ATIVOS TOTAIS
R\$ 104 bilhões

ROAE RECORRENTE
14,1%

ROAA RECORRENTE
1,3%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
R\$ 10,3 bilhões

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil (Conglomerado), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil apresentou um lucro líquido de R\$ 1.238.511 (2019 - R\$ 1.533.026), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 12,97% (2019 - 16,60%). Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 17,66% (2019 - 17,14%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No período findo em 31 de dezembro de 2020 o Conglomerado distribuiu juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 390.149 (2019 - R\$ 676.491) e distribuiu dividendos de valor de R\$ 39.926 (2019 - R\$ 320.000).

Balancos Patrimoniais

em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Disponibilidades	4	1.456.042	3.322.299
Ativos financeiros	99.057.263	85.805.145	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	15.633.430	15.858.564
Aplicações em operações compromissadas		14.127.411	14.269.375
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.506.019	1.589.189
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	40.933.992	34.269.927
Carteira própria		26.576.755	19.878.842
Vinculados a operações compromissadas		1.102.128	1.382.757
Instrumentos financeiros derivativos		3.740.551	5.008.211
Vinculados à prestação de garantias		9.514.558	8.000.117
Relações interfinanceiras	3.800.085	4.043.128	
Depósitos no Banco Central		3.800.062	4.043.095
Correspondentes no país		23	33
Operações de crédito	8	12.552.871	6.984.243
Operações de crédito - setor privado		12.736.405	7.156.904
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(183.534)	(172.661)
Operações de arrendamento mercantil	8	52.867	57.345
Operações de arrendamento a receber - setor privado		53.316	58.138
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(449)	(793)
Outros ativos financeiros	26.084.018	24.591.938	
Creditos por avais e fianças honoradas	8.a	67.607	79.423
Carteira de câmbio	9	17.537.047	19.205.219
Negociação e intermediação de valores	10	366.881	315.955
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8.a	8.240.905	5.120.638
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(128.422)	(129.297)
Outros ativos	3.234.183	2.843.034	
Rendas a receber	11	153.253	109.531
Ativo fiscal corrente	12	168.583	154.642
Ativo fiscal diferido	12	1.335.746	1.236.828
Diversos	13	1.565.975	1.340.901
Despesas antecipadas	14	10.626	1.132
Permanente	342.453	292.145	
Investimentos	15	4.436	3.335
Outros investimentos		10.416	9.315
(Provisões para perdas)		(5.980)	(5.980)
Imobilizado de uso	16	175.819	131.802
Imoveis de uso		66.616	66.197
Outras imobilizações de uso		338.919	281.987
(Depreciações acumuladas)		(229.716)	(216.382)
Intangível	17	162.198	157.008
Ativos intangíveis		344.367	334.608
(Amortização acumulada)		(182.169)	(177.600)
Total do Ativo	104.089.941	92.262.623	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

- R\$ 320.000). A resolução do Banco Central nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, que alterou a Resolução nº 4.820 de 29 de maio de 2020 a qual restringia a distribuição de lucros e a redução do capital social, limitará a distribuição de lucros acumulados e do exercício corrente em até 30% do lucro líquido do exercício de 2020.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até três representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em

Passivo	Nota	2020	2019
Passivos Financeiros	87.484.641	78.030.882	
Depósitos	18	32.810.466	20.543.626
Depósitos à vista		9.108.941	5.690.306
Depósitos interfinanceiros		42.952	42.952
Depósitos a prazo		23.658.573	14.848.625
Captações no mercado aberto	19	4.290.496	8.741.630
Carteira própria		1.090.476	1.353.391
Carteira de terceiros		598.188	2.871.250
Carteira livre movimentação		2.601.832	4.516.989
Recursos de acites e emissão de títulos	568.650	876.114	
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		219.179	247.879
Certificados de operações estruturadas		349.471	628.235
Relações interdependências	1.464.766	1.011.220	
Recursos em trânsito de terceiros		1.464.766	1.011.220
Obrigações por empréstimos	20.a	15.467.446	15.040.857
Empréstimos no exterior		15.467.446	15.040.857
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	20.b	5.468	136.750
BNDES		21	82
FINAME		253	1.659
Outras instituições		5.194	135.009
Obrigações por repasses do exterior	20.b	4.168.336	1.909.114
Repasses do exterior		4.168.336	1.909.114
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	8.488.759	6.869.207
Instrumentos financeiros derivativos		8.488.759	6.869.207
Outros passivos financeiros	20.220.254	22.902.364	
Carteira de câmbio	9	15.543.614	18.093.814
Negociação e intermediação de valores	10	4.676.640	4.808.550
Passivos fiscais	22	753.502	587.825
Corrente		573.344	443.285
Diferido		180.158	144.540
Provisões	23	1.891.474	1.646.993
Outros passivos	3.618.215	2.437.702	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		535.416	13.302
Sociais e estatutárias	21	525.433	110.367
Diversas	23	2.557.366	2.314.033
Resultados de exercícios futuros	39.348	47.736	
Resultados de exercícios futuros		39.348	47.736
Patrimônio líquido	26	10.302.761	9.511.485
Capital social - domiciliados no exterior		4.611.180	4.605.575
Reservas de lucros		5.622.961	4.820.131
Outros resultados abrangentes		68.620	85.779
Total do Passivo	104.089.941	92.262.623	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		4.133.276	341.700	633.335	3.624.354	25.907	30.928	8.789.500
Aumento de capital	26.a	341.700	(211.101)	-	-	-	-	130.599
Outros resultados abrangentes, disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	-	-	83.628
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados	26.f	-	-	-	-	-	-	(28.777)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	1.533.026
Destinações:								1.533.026
Reservas:	26.b.c.e.d	-	-	76.651	1.412.760	43.615	-	(1.533.026)
Dividendos	26.e	-	-	-	(320.000)	-	-	(320.000)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(676.491)	-	-	(676.491)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		4.474.976	130.599	709.986	4.040.623	69.522	85.779	9.511.485
Aumento de capital	26.a	136.204	(130.599)	-	-	-	-	(5.606)
Outros resultados abrangentes, disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	-	-	(15.712)
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados	26.f	-	-	-	-	-	-	(1.447)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	1.238.511
Destinações:								1.238.511
Reservas:	26.b.c.e.d	-	-	18.569	189.095	595.166	-	(802.830)
Dividendos	26.e	-	-	-	-	-	-	(39.926)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(390.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.611.180	130.599	728.555	4.229.718	664.688	68.620	10.302.761
Aumento de capital	26.a	136.204	(130.599)	-	-	-	-	(5.606)
Outros resultados abrangentes, disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	-	-	(15.712)
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados	26.f	-	-	-	-	-	-	(1.447)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	1.238.511
Destinações:								1.238.511
Reservas:	26.b.c.e.d	-	-	9.295	189.095	595.166	-	(793.556)
Dividendos	26.e	-	-	-	-	-	-	(39.926)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(390.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.611.180	130.599	728.555	4.229.718	664.688	68.620	10.302.761

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

1. Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes do Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras das empresas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As Demonstrações Financeiras individuais das empresas constantes nesse Conglomerado estão sendo publicadas separadamente.

Em novembro de 2019 ocorreu a incorporação da CGMA na Corretora, cuja deliberação foi homologada pelo Bacen em 20 de abril de 2020. A Corretora teve um aumento de capital de R\$ 136.204. Como consequência da incorporação, a CGMA foi extinta. Apresentamos os valores incorporados em 29 de novembro de 2019:

Ativo	29/11/2019
Circulante e realizável a longo prazo	169.281
Outros ativos	169.281
Total do ativo	169.281
Passivo	38.682
Circulante e exigível a longo prazo	38.682
Outros passivos	38.682
Patrimônio líquido	130.599
Total do passivo	169.281

Adicionalmente, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e da Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas nas demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua vigência, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram:

- As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade;
- Abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, passivos financeiros, ativos fiscais, passivos fiscais e provisões;
- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes;
- Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com o exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
- Inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes;
- Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e
- Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais e de resultado.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Conglomerado evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Para melhor apresentação e comparabilidade, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação destas Demonstrações Financeiras.

A autorização para publicação das Demonstrações Financeiras foi dada pela Administração do Conglomerado em 12 de março de 2021.

2. Descrição das principais práticas de consolidação

Na preparação das Demonstrações Financeiras Combinadas foram adotados, quando aplicável, os critérios para a consolidação em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, instituído pela Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987, do Banco Central do Brasil:

- Foram eliminadas as participações societárias entre as empresas consolidadas;
- Foram eliminadas as despesas e as receitas decorrentes de negócios entre as empresas combinadas;
- Foram eliminados os direitos e as obrigações assumidos entre as empresas combinadas; e
- As operações de arrendamento mercantil estão sendo demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil foram reclassificados para o grupo "Operações de arrendamento mercantil".

Destacamos as principais sociedades incluídas nas Demonstrações Financeiras, as quais também fazem parte do Conglomerado Financeiro em 31 de dezembro de 2020:

Instituições Consolidadas	Atividade	2020	2019
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100%	100%
Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora)	Distribuidora	100%	100%
Instituições Combinadas			
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100%	100%
Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade)	Bancária	100%	100%
Citigroup Global Markets Brasil COTVM S.A. (Corretora)	Corretora	100%	100%

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas notas explicativas e nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações em ouro

As operações com ouro estão apresentadas a valor de mercado e são representadas por ouro físico e certificados de custódia de ouro, registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa".

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela

Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:
 Aquisição e desenvolvimento de *softwares* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008. A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2015, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreenda o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.
 Além da amortização, os valores são submetidos a revisões periódicas de testes de *impairment* conforme descrito na nota 3.n.

n) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)
 O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:
 Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
 Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

o) Obrigações por empréstimos e repasses
 As obrigações por empréstimos e repasses são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Bacen.

i. Ativos e passivos contingentes
 Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros fiscais. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois o Conglomerado espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:
 As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.
 As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 500 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes. As ações massificadas e relevantes são provisionadas mensalmente considerando a média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:
 No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração o percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância, adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sob o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável. As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.
 As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias estão registradas na rubrica contábil "Provisões".

q) Imposto de renda e contribuição social
 O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada a 20% até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019 de acordo com o artigo 3º, inciso I, Lei nº 13.169/2015, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 15%, em razão da mudança na legislação. Em 12 de novembro de 2019, foi editada pelo Poder Executivo a Emenda Constitucional nº 103/2019, que altera o sistema de previdência social (reforma da previdência), elevando a alíquota da CSLL para os Bancos de qualquer espécie passando de 15% para 20%, a partir de 1º de março de 2020.

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, concomitante com o que estabelece o § 2º da Circular nº 3.171, de 30 de dezembro 2002, o Conglomerado registrou crédito tributário adicional, conforme descrito na nota 12.d.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2006, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Conglomerado deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
 ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias.

r) Plano de incentivos com base em ações
 O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup Inc., representado pelos seguintes programas:

• **CAP (Capital Accumulation Program)**, que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiladas em Planos de Ações (Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA) em que o Conglomerado efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.
 O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. E reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

s) Benefícios pós-emprego
 O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Conglomerado também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível Conglomerado como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
 Para o plano de assistência à saúde para aposentados, essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial do Conglomerado em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superavitários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros resultados abrangentes, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

l. Benefícios de curto prazo
 Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

t) Uso de estimativas
 A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas. Isso inclui as expectativas de deterioração que podem ser causadas pela COVID-19.

u) Resultados recorrentes e não recorrentes
 A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do exercício o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde às atividades típicas da instituição e tem provibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 34.d.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Reservas livres	784	-
Disponibilidades em moeda nacional	2.579	4.524
Disponibilidades em moedas estrangeiras	1.452.024	3.317.751
Aplicações temporárias em ouro	655	24
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	8.052.719	436.569
Total	9.508.761	3.758.868

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	2020 Total	2019 Total
Aplicações em operações compromissadas	12.127.436	1.999.975	-	14.127.411	14.269.375
Posição bancada	8.246.640	1.999.975	-	10.246.615	6.864.540
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	800.000	-	-	800.000	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.036.916	99.999	-	2.136.915	2.069.422
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.409.724	1.899.976	-	7.309.700	4.795.118
Posição financeira	1.386.456	-	-	1.386.456	2.975.283
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	799.999	-	-	799.999	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	586.457	-	-	586.457	2.473.506
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	501.777

6 Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação
 Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2020	2019
	Custo Atualizado	Valor de mercado
Títulos para Negociação	14.390.652	14.515.483
Carteira própria	10.820.570	10.822.451
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.931.334	6.954.220
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.901.504	6.004.671
Ações recebidas por empréstimos	45.334	45.334
Títulos soberanos no exterior	29.973	29.973
Debêntures	1.425.809	1.424.681
Cotas de fundos de investimentos	56.698	56.604
Vinculado a compromissos de recompra	1.087.963	1.090.636
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-
Letras do Tesouro Nacional - NTN	-	-
Vinculado à prestação de garantias	1.192.547	1.193.791
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.192.547	1.193.791
Total	15.583.199	15.709.274

Títulos para Negociação
Abertura por Vencimento

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Carteira própria	75.307	2.155.522	4.379.647	4.023.014	2.165.141	1.716.852
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	4.329.045	1.393.185	1.231.990	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	730.841	50.602	2.629.829	933.151	1.660.248
Ações de companhias abertas	45.334	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	29.973	-	-	-	-	-
Títulos soberanos no exterior	-	1.424.681	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	56.604
Vinculado à prestação de garantias	-	-	921.480	272.311	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	921.480	272.311	-	-
Total	75.307	2.155.522	5.301.127	4.295.325	2.165.141	1.716.852

b) Títulos disponíveis para venda
 O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2020	2019
	Custo Atualizado	Valor de mercado
Títulos Disponíveis para Venda	11.955.932	12.061.272
Carteira própria	9.056.391	9.056.391
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	460.506	459.886
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.690.680	8.785.100
Debêntures	2.387.081	2.355.228
<i>Commercial Paper</i>	71.867	70.280
Cotas de fundos de investimentos (incluindo Certificado de depósitos bancários - CDB)	345.798	390.778
Vinculado a compromissos de recompra	1.007.764	1.102.128
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.007.764	1.102.128
Vinculado à prestação de garantias	8.108.354	8.320.767
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.590.677	6.628.776
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.427.677	1.587.028
Cotas de fundos de investimento (b)	90.000	104.963
Total	21.072.050	21.484.167

⁽¹⁾ A Distribuidora possui aplicação em cotas de fundos de investimento cuja carteira é composta por operações compromissadas, firmadas entre o Banco Citibank S.A. e o Fundo de Investimento Referenciado DI Londres.

⁽²⁾ Trata-se de investimento em cotas sênior de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, cuja aquisição ocorreu em 28 de dezembro de 2020.

⁽³⁾ Refere-se ao investimento no fundo destinado exclusivamente para atendimento de obrigações assumidas em operações realizadas e/ou registradas na B3. A totalidade de suas cotas é destinada ao atendimento de margem de garantia por parte dos cotistas, perante a B3.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições. Contratos a termo e contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias são compromissos para comprar ou vender mercadorias em uma data futura, por um preço contratado, que serão liquidados em dinheiro. O valor nominal representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado. Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente), aplicado sobre um valor referencial de principal.

Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias e ações, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

O valor de mercado dos swaps é apurado considerando os fluxos de caixa projetados de cada uma de suas pontas, descontados a valor presente de acordo com suas respectivas curvas de juros, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. Os cálculos das curvas de juros utilizam modelos auditados e aprovados internamente pela área responsável por gestão de riscos do grupo.

Para as opções, são utilizados modelos estatísticos que consideram a volatilidade do preço do ativo objeto e as taxas de juros representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As principais taxas de juros utilizadas na composição das curvas de juros são extraídas dos futuros e swaps negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados sem liquidez suficiente para serem representativos, ou, por motivos atípicos, não representam fielmente as condições de mercado.

Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em swaps, calculada na forma da Circular nº 3.360/2007 e atualizações posteriores, é de R\$ 0 (2019 - R\$ 16.347). A perda máxima associada aos contratos de opções se limita à extensão dos prêmios pagos em opções adquiridas. A exposição ao risco de crédito, associada à aquisição de opções, monta R\$ 437.576 (2019 - R\$ 1.243.613).

O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística que permitem o Conglomerado controlar estes fatores em operações com instrumentos derivativos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Conglomerado não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados para fins de *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa.

a) O quadro a seguir resume o valor referencial atualizado e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos.

	Valores referenciais dos contratos	Exposição no balanço patrimonial			
		Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Negociação					
Derivativos de taxa de juros					
Contratos futuros	43.648.940	-	-	-	-
Compromisso de compra	14.700.672				

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Exposição no balanço patrimonial			
	Valores referenciados dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de swaps	66.294.901	622.257	1.032.397	(1.740.802)
Instituições financeiras - oficiais	8.703	144	334	334
Instituições financeiras - ligadas	100.590	26.466	21.144	(589)
Instituições financeiras - não ligadas	6.711.642	67.599	60.238	(15.582)
Outras entidades ligadas - exterior	25.702.349	78.202	113.347	(223.449)
Pessoas jurídicas	33.771.617	449.846	837.334	(1.501.182)
Total	619.654.736	1.693.817	5.008.211	(3.279.893)

e) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre		Exercícios	
	2020	2020	2020	2019
Contratos				
Swaps	1.554.325	(8.251.581)	(742.904)	(259)
Termo	(259)	4.890	(5.262)	—
Futuros	(1.551.391)	11.762.142	970.052	(14.891)
Opções	(14.891)	142.714	37.859	(60.808)
NDF	(60.808)	(97.804)	(129.740)	—
Total	(73.024)	2.660.361	130.005	—

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de Risco	Intermediários financeiros					Pessoas físicas					Outros Serviços				
	Comércio	Indústria	Rural	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Rural	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total	Rural	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total		
AA	1.895.170	5.762.178	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
A	2.311.768	5.279.891	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
B	2.207.300	2.673.250	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
C	251.725	103.641	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
D	85.479	261.754	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
E	178	93	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
F	—	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
G	206	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
H	138	68.033	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Total	4.765.394	14.148.880	1.299.170	80.165	56.478	2.663.714	23.013.801	13.654.919	13.654.919	51.648	1.905.124	13.654.919	13.654.919		

Nível de Risco	Intermediários financeiros					Pessoas físicas					Outros Serviços				
	Comércio	Indústria	Rural	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Rural	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total	Rural	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total		
AA	768.110	4.329.361	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
A	731.337	3.024.039	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
B	323.941	1.095.968	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
C	12.443	93.684	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
D	734	62.398	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
E	211	2.038	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
F	212	69	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
G	248	2.745	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
H	2.818	6.449	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Total	1.841.970	8.616.751	1.164.336	75.090	51.648	1.905.124	13.654.919	13.654.919	13.654.919	51.648	1.905.124	13.654.919	13.654.919		

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira	%	Nível de Provisão	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira
AA	8.765.127	—	8.765.127	38,08	0,00%	—	—	—
A	10.016.779	—	10.016.779	43,53	0,50%	(50.084)	—	(50.084)
B	3.168.452	80	3.168.532	13,77	1,00%	(31.685)	(1)	(31.686)
C	548.493	482	548.975	2,39	3,00%	(16.455)	(14)	(16.469)
D	356.691	100	356.791	1,55	10,00%	(35.669)	(10)	(35.679)
E	271	—	271	—	30,00%	(81)	—	(81)
F	25	—	25	—	50,00%	(12)	—	(12)
G	197	30	227	—	70,00%	(138)	(21)	(159)
H	650	156.424	157.074	0,68	100,00%	(650)	(156.425)	(157.075)
Total	22.856.685	157.116	23.013.801	100,00	(134.774)	(156.471)	(291.245)	(291.245)

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira	%	Nível de Provisão	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira
AA	5.953.947	—	5.953.947	43,60	0,00%	—	—	—
A	5.529.103	—	5.529.103	40,49	0,50%	(27.646)	—	(27.646)
B	1.522.477	464	1.522.941	11,15	1,00%	(15.225)	(4)	(15.229)
C	349.461	868	350.329	2,57	3,00%	(10.484)	(26)	(10.510)
D	64.164	238	64.402	0,47	10,00%	(6.440)	(24)	(6.440)
E	212	126	212	0,02	30,00%	(637)	(38)	(675)
F	277	36	283	0,02	50,00%	(138)	(18)	(156)
G	2.839	154	2.993	0,02	70,00%	(1.987)	(108)	(2.095)
H	142.217	83.925	226.142	0,96	100,00%	(142.217)	(83.926)	(226.143)
Total	13.569.108	85.811	13.654.919	100,00	(206.001)	(84.144)	(290.145)	(290.145)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2020	2019
Vencidas há mais de 14 dias	157.116	85.811
A vencer até 90 dias	9.651.902	7.379.684
De 91 a 360 dias	8.169.568	4.121.012
Acima de 360 dias	5.035.215	2.068.412
Total	23.013.801	13.654.919

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2020	2019
10 maiores devedores	6.635.099	28,83
20 seguintes maiores devedores	5.284.798	22,96
50 seguintes maiores devedores	5.474.486	23,79
100 seguintes maiores devedores	3.623.333	15,74
Demais clientes	1.996.085	8,67
Total	23.013.801	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	2020	Exercícios
Saldo inicial	(317.951)	(152.734)
Constituições líquidas de reversões	(340.416)	(229.008)
Créditos baixados como prejuízo	234.453	63.791
Saldo final	(423.914)	(317.951)

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre	Exercícios
Emprestimos	147.433	279.635
Financiamentos	9.956	37.711
Títulos descontados	617	569
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	225	3.443
Rendas de financiamentos à exportação	99.876	1.197.088
Rendas de financiamentos rurais	21.011	44.459
Rendas de direitos por empréstimos de ações	—	176
Rendas de adiantamentos a depositantes	1.559	6.619
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	317	317
Outras operações com características de concessão de crédito	114.670	218.991
Total	395.063	1.437.700

h) Operações ativas vinculadas

	2020	2019
Operações de crédito	3.850.581	2.143
Obrigações por operações ativas vinculadas no exterior	(3.850.581)	—
Resultado líquido das operações vinculadas	—	2.143

i) Operações ativas vinculadas

	2020	2019
Operações de crédito	545.165	3.305.416
Obrigações por operações ativas vinculadas no exterior	(3.850.581)	—
Resultado líquido das operações vinculadas	—	2.143

j) Operações ativas vinculadas

	2020	2019
Operações de crédito	545.165	3.305.416
Obrigações por operações ativas vinculadas no exterior	(3.850.581)	—
Resultado líquido das operações vinculadas	—	2.143

k) Operações ativas vinculadas

	2020	2019
Operações de crédito	545.165	3.305.416
Obrigações por operações ativas vinculadas no exterior	(3.850.581)	—
Resultado líquido das operações vinculadas	—	2.143

9 Carteira de câmbio

a) Outros ativos e passivos financeiros:

	2020	2019
Outros ativos financeiros	9.852.465	596.658
Câmbio comprado a liquidar	6.575.153	585.022
Direitos sobre venda de câmbio	(85.552)	(1.155)
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	—	—
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8.a)	13.455	9.701
Total	16.355.521	1.181.526

Outros passivos financeiros

	2020	2019
Câmbio vendido a liquidar	6.634.232	580.360
Obrigações por compra de câmbio	9.646.112	585.022
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8.a)	(1.902.112)	—
Total	14.378.232	1.165.382

b) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com operações de câmbio registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre	2020	2019
Exportação	16.931	42.044	11.213
Importação	950	1.553	1.772
Financeiro	(30)	(144)	(29)
Rendas de variações e diferenças de taxas	334.419	(1.599.918)	73.220
Rendas de disponibilidades em moedas estrangeiras	40.649	548.729	9.000
Outras	(9.477)	(44.860)	(77.265)
Total	383.442	(1.052.596)	17.911

10 Negociação e intermediação de valores

Os ativos e passivos financeiros aqui apresentados estão concentrados no curto prazo.

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registros e liquidação	—	182.637	—	—
Comissões e corretagens a pagar	—	425	—	149
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes (1)	352.341	4.284.748	212.496	4.135.732
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (posição própria)	—	48	50.469	372.044
Créditos por empréstimos de ações	—	30.802	—	265.471
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	14.540	177.980	1.036	35.154
Total	366.881	4.676.640	315.955	4.808.550

(1) O saldo do passivo refere-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais o Conglomerado presta serviço de custódia de valores.

11 Rendas a receber

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Comissões por cobragações a receber	1.340	646		

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

← continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante

Outros passivos diversos

Outras obrigações por aquisição de bens e direitos		25.223	–	
Créditos diversos - Banco mandatário ⁽¹⁾	2.087.277	–	2.005.752	–
Valores a liquidar - Cartões de crédito ⁽²⁾	1.310	–	4.946	–
Diversas ⁽⁴⁾	468.767	12	278.093	19
Total	2.557.354	12	2.314.014	19

Total provisões e outros passivos diversos **3.204.235** **1.244.605** **2.732.125** **1.228.901**
⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, à provisão com despesas de pessoal de R\$ 273.112 (2019 - R\$ 374.465), passivo atuarial de plano de assistência médica de R\$ 288.310 (2019 - R\$ 287.037), provisão para pagamento de bônus, participação nos resultados dentre outros pagamentos de R\$ 157.352 (2019 - R\$ 227.754).
⁽²⁾ Refere-se a saldo de posições de clientes por conta do exercício de mandato, outorgado por esses clientes ao Conglomerado, para administração de seus recursos, incluindo pagamentos e recebimentos.
⁽³⁾ Refere-se substancialmente a valores a repassar aos adquirentes (empresas responsáveis pelo relacionamento com a rede de estabelecimentos) pelo fornecimento de bens e serviços oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.
⁽⁴⁾ Refere-se, basicamente, a credores diversos no país e exterior no montante de R\$ 455.951 (2019 - R\$ 264.248).

24 Passivos contingentes e obrigações legais
O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.
a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para contingências - Fiscais	124.245	136.424	143.869	132.897
Provisão para contingências - Trabalhistas	69.037	361.366	58.489	266.079
Provisão para contingências - Cíveis	245	299.781	519	79.925
Total	193.527	797.571	202.877	478.901

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, o Conglomerado tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente pelos seguintes casos:

Fiscal: Exclusão ISS na base de cálculo PIS/COFINS - R\$ 2.276 (2019 - R\$ 163): trata-se de Mandado de Segurança visando questionar a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como pleitear a restituição de valores recolhidos na auto sistemática.

Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 119.960 (2019 - R\$ 117.563): trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal Lei nº 11.941/2009, aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contingência remanescente. Em dezembro de 2018 o Conglomerado protocolou nos autos do processo a desistência da parcela remanescente.

Fiscal - PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 0 (2019 - R\$ 13.529): trata-se de processos onde se discute o recolhimento de PIS e de COFINS sobre as despesas com agentes autônomos. Considerando a decisão definitiva favorável à Corretora na ação judicial que discute a questão, a qual determinará o cancelamento dos respectivos processos administrativos, a Corretora reverteu a provisão anteriormente constituída.

Fiscal - PIS e COFINS - R\$ 0 (2019 - R\$ 2.614): trata-se de processos onde se discute o recolhimento de PIS e de COFINS sobre as despesas com agentes autônomos. Considerando a decisão definitiva favorável à Corretora na ação judicial que discute a questão, a qual determinará o cancelamento dos respectivos processos administrativos, a Corretora reverteu a provisão anteriormente constituída.

Fiscal - Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional - R\$ 129.959 (2019 - R\$ 127.536): trata-se de ação ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações perpetradas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%. Aguardando decisão de segunda instância.

Cível - Ação indenizatória - R\$ 12.202 (2019 - R\$ 11.961): trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acórdão de segunda instância favorável à Entidade.

Cível - Processo administrativo - R\$ 26.434 (2019 - R\$ 26.434): trata-se de processo administrativo instaurado pelo CADE desfavorável ao Banco e outras instituições financeiras brasileiras por pretensa conduta anticompetitiva no mercado de câmbio local.

Cível: Trata-se de processos cíveis referentes a discussões sobre a atuação na prestação de serviços a terceiros, cujas provisões foram efetuadas com base na melhor estimativa da administração e de seus assessores, considerando o estágio atual dos processos.

Trabalhista: Trata-se de processos trabalhistas massificados e relevantes por receberem pedidos inferiores a R\$ 500 e R\$ 10.000, respectivamente. A descrição do provisionamento está detalhada na seção 17. Principais Práticas Contábeis, na subseção de Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais.

Contingências classificadas como risco de perda possível
Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 2.820.231 (2019 - R\$ 2.535.955), os quais são apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis contidos em 266 contingências fiscais, cíveis no montante de R\$ 1.560.214 (2019 - R\$ 1.312.939), dos quais 77 processos são tidos como estimáveis, restando ainda 69 processos cíveis tidos como inestimáveis por conta do tipo de ação ou pela necessidade de apuração/liquidação dos pedidos postulados por seus autores, além de trabalhistas no montante de R\$ 0 (2019 - R\$ 15.301), dos quais 6 são tidos como estimáveis. As contingências classificadas com risco de perda possível são compostas basicamente pelos seguintes casos:

CPMF em Operações de Clientes - R\$ 336.203 (2019 - R\$ 333.786): auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas com clientes. Aguardando decisão judicial de segunda instância.

PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 175.609 (2019 - R\$ 172.405): trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas aplicações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e julgamento de segunda instância.

Desmutualização - BMF & Bovespa - R\$ 79.383 (2019 - R\$ 80.433): trata-se de processos onde se discute o recolhimento de COFINS e PIS, imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em ações. Aguarda-se decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e julgamento de segunda instância.

IRPJ/CSLL sobre Correção Monetária de Depósitos Judiciais - R\$ 356.859 (2019 - R\$ 354.406): auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária automática de depósitos judiciais. Aguardando decisão judicial do Superior Tribunal de Justiça.

Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - R\$ 542.845 (2019 - R\$ 405.088): valor total estimado de IRPJ e CSLL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente. Aguarda-se decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e julgamento de ações judiciais no Poder Judiciário.

ISS Atividade Bancária - R\$ 200.614 (2019 - R\$ 84.423): trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre receitas mínimas relacionadas à atividade bancária. Aguarda-se decisões administrativas e judiciais sobre o tema.

PIS e COFINS sobre Incorporação de Ações - R\$ 17.131 (2019 - R\$ 16.874): trata-se de processo onde se discute o recolhimento de PIS e COFINS sobre suposto ganho de capital ocorrido na incorporação de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Aguarda-se decisões de segunda instância.

ISS Corretagem - R\$ 1.142 (2019 - R\$ 5.412): trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Aguarda-se julgamento de Embargos à Execução.
Fiscal: O Conglomerado optou por desistir de processos administrativos nos termos da Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017, mediante antecipação de 20% e 7,5%, conforme regras do PERE e saldo remanescente liquidado integralmente em janeiro de 2018, aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Os processos discutiam: A) Alegação de Decadência de IRPJ e CSLL cobrados sobre a diferença de índices para correção monetária de balanço ocorrida em 1990; B) Despachos decisórios que homologaram parcialmente compensações de tributos efetuadas pelo Conglomerado. Aguarda-se homologação da anistia para a baixa de contingências no montante total de R\$ 110.497.

Ações indenizatórias - R\$ 155.556 (2019 - R\$ 137.050): trata-se de ação onde o cliente discute prejuízos nos fundos de investimento onde a Distribuidora é a prestadora de serviços de custódia, escrituração e controladoria administrado por terceiros. A ação se encontra em juízo de primeira instância, aguardando sentença.

Contribuições Previdenciárias sobre Participação nos Lucros - R\$ 724.753 (2019 - R\$ 347.809): autos de infração cobrando contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros dos empregados pagos de acordo com a Convenção Coletiva, e sobre outros prêmios e benefícios financeiros. Sentença improcedente. Processo em fase de recurso.
PIS e COFINS sobre Incorporação de Ações - R\$ 17.131 (2019 - R\$ 16.874): trata-se de processo onde se discute o recolhimento de PIS e COFINS sobre suposto ganho de capital ocorrido na incorporação de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Aguarda-se decisões de segunda instância.

Ação Declaratória com preceito cominatório de restituição - R\$ 4.458 (2019 - R\$ 4.064): os autores buscam a anulação de contratos de repasse e captação de recursos no exterior e seus reflexos. Pendente de decisão de primeiro grau.

Ação Revisional - R\$ 16.241 (2019 - R\$ 14.666): trata-se de revisão de contrato bancário do contrato a termo com funcionalidade (TARN) e repetição de indébito. Decisões favoráveis em 1º e 2ª instância. Aguarda-se julgamento de recurso no STJ.

Ação Revisional c/c Indenização - R\$ 1.008 (2019 - R\$ 908): trata-se de ação revisional cumulada com pedido de indenização decorrente da suposta não autorização para realização de operações financeiras. Sentença improcedente. Processo em fase de recurso.

Ação Indenizatória - R\$ 0 (2019 - R\$ 577): trata-se de ação indenizatória decorrente da suposta não autorização para realização de operações financeiras. Sentença improcedente. Risco alterado de possível para remoto em 2020.

Ação Indenizatória - R\$ 563 (2019 - R\$ 507): trata-se de ação indenizatória decorrente da suposta não autorização para realização de operações financeiras. Sentença improcedente. Processo em fase de recurso. Aguarda homologação de acordo.

Ação Indenizatória - R\$ 559 (2019 - R\$ 503): trata-se de ação indenizatória decorrente da suposta liquidação antecipada de posições não autorizada. Processo em fase de discussão de exceção de incompetência. Processo extinto, aguarda eventual recurso.

Ação Indenizatória (SP) - R\$ 2.471 (2019 - R\$ 2.127): trata-se de indenização por meio da qual o requerente pede uma indenização no valor mencionado anteriormente, além de reembolso com despesas processuais e honorários de seus advogados. Defesa apresentada. Aguarda-se julgamento do processo.

Ação Indenizatória (BA) - R\$ 2.390 (2019 - R\$ 2.117): trata-se de indenização por meio da qual o requerente pede uma indenização no valor mencionado anteriormente, supostamente referente a honorários provenientes de serviços advocatícios prestados no passado. Defesa apresentada. Exceção de incompetência acolhida, em razão de cláusula contratual de eleição de foro. Aguarda julgamento de RESP interposto pelo autor.

Ação Revisional (PR) - R\$ 2.053 (2019 - R\$ 0): trata-se de revisão de contrato bancário tendo em vista as taxas acima do mercado. Apresentamos defesa e aguardamos julgamento.
A investidora (Distribuidora), do Banco, possui na data base de 31 de dezembro de 2020, o processo:

Ação Pública - R\$ 1.125.172 (2019 - R\$ 991.315): trata-se de ação onde se discute suposta fraude em fundos de pensão e apostentadoria. Consta no polo passivo mais de 30 instituições financeiras - entre elas, a Distribuidora. Processo extinto. Aguarda eventual recurso.

b) Movimentação das contingências

	Saldos em 31 de dezembro de 2019				Saldos em 31 de dezembro de 2020			
	Saldo	Cons-tituição	Reversão	Utilização	Saldo	Atua-lização	Incor-poração	de 2019
Fiscais	276.766	1.150	(20.718)	(1)	3.472	–	–	260.669
Traba-lhistas	324.569	100.197	(12.937)	(39.258)	57.832	–	–	430.403
Cíveis	80.443	209.878	(7.101)	(803)	17.609	–	–	300.026
Total	681.778	311.225	(40.756)	(40,062)	78.913	–	–	991.098
Fiscais	268.477	28.471	(26.560)	(208)	6.586	–	–	276.766
Traba-lhistas	289.320	79.805	(7.331)	(61.847)	22.547	2.075	–	324.569
Cíveis	79.021	2.984	(3.457)	(3.154)	5.049	–	–	80.443
Total	636.818	111.260	(37.348)	(65,209)	34.182	2.075	–	681.778

25 Pagamentos baseados em ações

a) Premissas de valor justo
As premissas utilizadas para avaliação das opções concedidas pelo Citigroup são baseadas em um modelo binomial de avaliação. A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade histórica em opções negociadas do Citigroup e efetuando ajustes nos pontos em que sejam conhecidos os fatores que podem afetar a volatilidade futura. A premissa sobre a expectativa anual de cancelamento de opções por perda do prazo de exercício toma por base a experiência histórica do Citigroup. Além disso, certas ações recebidas através de exercícios de opção, bem como outros tipos de opções concedidas, estão sujeitas a restrições de venda. Os descontos foram aplicados ao valor justo das opções concedidas de modo a refletir tais restrições de venda.
b) Programa de incentivo em ações
O Conglomerado participa do programa CAP do Citigroup, no qual as ações ordinárias do Citigroup são concedidas sob a forma de ações restritas aos empregados participantes. Para o programa, durante o período de carência aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas ou transferidas pelo empregado participante, que está sujeito ao cancelamento do programa, caso seu contrato de trabalho seja rescindido. Após as concessões adquiridas, as ações tornam-se transferíveis e podem ser vendidas pelo empregado participante.

As recompensas em ações concedidas geralmente são adquiridas à razão de 25% ao ano, ao longo de quatro anos. A despesa associada a recompensas em ações é lançada contra resultado durante o período de carência, como se cada parcela de recompensa fosse uma recompensa em separado com sua própria data de aquisição. O programa prevê que os empregados que alcançaram uma determinada idade mais os anos de serviço requeridos (empregados elegíveis a aposentadoria) podem encerrar o vínculo empregatício e continuar com a programação de concessão de suas ações. Para esses participantes, o lançamento dessas recompensas como despesa contra resultado é acelerado com base na data em que as exigências de elegibilidade para a aposentadoria são atendidas.
Para determinadas recompensas com base em ações que sejam liquidadas de tal forma, o Conglomerado reconhece como passivo a sua obrigação perante o Citigroup nos termos do SPAPA. De acordo com o Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA, o Conglomerado efetuará um pagamento para o Citigroup com base no preço das ações ordinárias do Citigroup na data de aquisição de cada recompensa concedida na forma de ações. As mudanças no valor contábil de tal passivo durante o período são refletidas como ajuste no resultado do período.
O saldo da provisão para pagamentos baseados em ações, em 31 de dezembro de 2020, totalizava R\$ 123.532 (2019 - R\$ 114.554), registrado na rubrica "Provisões".

26 Patrimônio Líquido

a) Capital Social
O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de novembro de 2019, foi deliberada a incorporação da CGMA, a qual foi homologada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 20 de abril de 2020. A Corretora teve um aumento de capital de R\$ 136.204. A CGMA foi extinta e foram canceladas as 22.400 quotas representativas do seu capital social e 2.731.191.596 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Sociedade foram atribuídas à Citigroup Financial Products Inc. em substituição às mencionadas quotas de que era titular na sociedade incorporada.

Em AGE, de 06 de novembro de 2018, o Citibank N.A. aprovou aumentar o capital social da Filial de R\$ 1.258.549 para R\$ 1.600.249 sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de juros a título de remuneração sobre o capital próprio no valor líquido de imposto de R\$ 109.650, e aporte, em espécie, pelo Citibank N.A. de capital no valor de R\$ 232.050, e deliberado pelo BACEN em 14 de janeiro de 2019.

b) Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.
Em 31 de dezembro de 2020, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 18.569 (2019 - R\$ 7.851).

c) Reserva estatutária
Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos que tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Banco; e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Banco, estando limitada a 10% do seu capital social.
Em 31 de dezembro de 2020 foram constituídas reservas estatutárias no montante de R\$ 189.095 (2019 - R\$ 1.412.760), sendo R\$ 173.781 (2019 - R\$ 1.284.711) destinados a reserva de equalização de dividendos e R\$ 15.314 (2019 - 128.049) para reserva de reforço de capital de giro.

d) Reservas especiais de lucros
Constituída a fim de registrar dividendos adicionais propostos declarados após o período contábil, que excederam a parcela do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, enquanto não aprovados pela assembleia ou reunião de sócios.
Em 31 de dezembro de 2020 foram constituídas reservas especiais de lucro no montante de R\$ 595.166 (2019 - R\$ 43.615).

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.
Em 27 de janeiro de 2021, conforme AGE, o Banco aprovou pagar juros sobre capital próprio no valor de R\$ 144.408, os quais serão debitados da conta "Lucro do Exercício".

Em 27 de janeiro de 2021, conforme Deliberação, ocorreu a aprovação para o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 73.307, os quais serão debitados da conta "Lucro do Exercício".
Em 27 de janeiro de 2021, conforme Deliberação, ocorreu a aprovação para distribuição e pagamento de dividendos no valor de R\$ 9.083, os quais serão debitados da conta "Lucro do Exercício".

Em 27 de janeiro de 2021, conforme AGE, a Corretora aprovou pagar ao acionista juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 27.330, extraído do valor total calculado em AGE da Sociedade realizada em 28 de dezembro de 2020, os quais serão debitados da conta "Lucro do Exercício".
Em 27 de janeiro de 2021, conforme AGE, a Corretora aprovou pagar ao acionista dividendos no valor de R\$ 4.049, o qual será debitado da conta "Lucro do Exercício".

Em 27 de janeiro de 2021, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista dividendos no valor de R\$ 26.795, os quais serão debitados da conta "Lucro do Exercício".

Em 28 de dezembro de 2020, conforme AGE, o Banco aprovou pagar juros sobre capital próprio no valor de R\$ 145.104, os quais serão debitados da conta "Lucro do Exercício".
Em 17 de dezembro de 2019, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista dividendos no valor de R\$ 320.000, os quais foram debitados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos".

Em 28 de agosto de 2019, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$ 171.257, os quais foram debitados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos", com base de cálculo referente ao segundo e terceiro trimestres de 2019.

Em 28 de agosto de 2019, conforme Deliberação, ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio pela Entidade, líquido de impostos, no valor de R\$ 88.164, os quais foram debitados da conta de "Reserva para Equalização de Dividendos" com base de cálculo referente ao segundo e terceiro trimestres de 2019.

Em 27 de junho de 2019, conforme Deliberação, ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio pela Entidade, líquido de impostos, no valor de R\$ 45.163, os quais foram debitados da conta de "Reserva para Equalização de Dividendos" com base de cálculo referente ao primeiro trimestre de 2019.

Em 27 de junho de 2019, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$ 95.494, os quais foram debitados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos" com base de cálculo referente ao primeiro trimestre de 2019.

Em 30 de maio de 2019, conforme Deliberação, ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio pela Entidade, líquido de impostos, no valor de R\$ 83.327, os quais foram debitados da conta de "Reserva para Equalização de Dividendos" com base de cálculo referente ao segundo semestre de 2019.

Em 30 de maio de 2019, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$ 193.086, os quais foram debitados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos" com base de cálculo referente ao primeiro semestre de 2017.
Conforme AGE realizada em 22 de fevereiro de 2019, a Corretora pagou dividendos no montante de R\$ 20.000 (2018 - R\$ 10.000), valores debitados da conta de "Reserva para Equalização de Dividendos".

f) Outros resultados abrangentes
Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda de R\$ (15.712) (2019 - R\$ 83.628) e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica de R\$ (1.447) (2019 - R\$ (28.777)).

	2º Semestre		Exercícios	
	2020	2020	2020	2019
Rendas de administração e estruturação de fundos de investimento ⁽¹⁾	4.211	7.973	6.598	–
Rendas de cobrança, comissão de colocação de títulos	85.413	95.195	105.960	–
Rendas de serviços de custódia	36.190	72.735	79.599	–
Rendas de corretagens de operações em bolsas	43.942	99.357	95.447	–
Rendas de serviços financeiros	1.993	4.491	76.285	–
Recursos com operações de cartões de crédito	3.917	10.305	34.172	–
Rendas com administração de clientes estrangeiros	8.574	16.872	17.745	–
Rendas de assessoria econômico-financeira	2.836	22.039	2.859	–
Rendas de garantias prestadas	29.215	62.719	80.186	–
Recursos de serviços prestados à ligadas	312.105	642.111	461.611	–
Outros serviços	94.733	148.007	105.423	–
Total	623.129	1.181.804	1.066.431	–
Recargas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	24.567	58.639	71.207	–
Recargas de tarifas bancárias - Pessoa física	23	53	99	–
Total	24.590	58.692	71.306	–

⁽¹⁾ Trata-se de remuneração paga pelos administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco e a Distribuidora prestam serviços referentes à distribuição de cotas.

28 Outras despesas administrativas

	2º Semestre		Exercícios	
	2020	2020	2020	2019
Despesas de aluguel	(1.907)	(3.864)	(3.762)	–
Despesas de comunicação	(5.617)	(11.2		

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

← continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial	2020	2019
	Acima de 20 SM: 0,22 (TS) ^ 0,32 SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% 60 anos - 100,00%	Acima de 20 SM: 0,22 (TS) ^ 0,32 SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% 60 anos - 100,00%

90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Composição familiar
O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para recuperação das perdas inflacionárias.
25 anos ou a primeira idade de aposentadoria antecipada, o que ocorrer primeiro.

v. Plano de assistência à saúde para aposentados
É o plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O benefício foi concedido para funcionários e seus dependentes que em 15 de outubro de 2002 possuíam 20 anos de serviço e 45 anos de idade.
De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados.

Valor justo dos ativos do plano
Valor presente das obrigações atuariais
Valor total do passivo atuarial
Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2020, o Conglomerado contribuiu com R\$ 16.377 e R\$ 8.359 respectivamente (2019 - R\$ 11.258 e R\$ 5.780), registrado na rubrica de "despesa de pessoal".
A política de concessão do benefício de assistência médica para aposentados é distinta entre os empregados do Conglomerado, tendo como base para definição de elegibilidade ao benefício a data de admissão, a idade e o tempo de serviço na aposentadoria.
Os padrões de cobertura e o custo assumido pelos aposentados variam em função das condições de elegibilidade acima descritas.
Outras hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas definidas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data e para o cálculo da despesa/receita para o exercício subsequente. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial	2020	2019
Moeda funcional	RS	RS
Ativo posicionado em 31/12/2020 informado pela Citiprevi		Ativo posicionado em 31/12/2019 informado pela Citiprevi
Inflação + 3,58% a.a. = 7,20% a.a.		Inflação + 3,39% a.a. = 7,10% a.a.
Taxa de desconto da obrigação atuarial sobre os ativos do plano	7,20% a.a.	7,10% a.a.
Crescimento salarial médio	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento benefício previdenciário	Não aplicável	Não aplicável
Reajuste do benefício do plano	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,60% a.a.
Taxa de permanência do plano de saúde	100%	100%
Crescimento dos custos médicos	Inflação + 3,75% a.a. = 7,40% a.a.	Inflação + 3,25% a.a. = 7,00% a.a.
Percentual de aumento do custo médico por faixa etária	Experiência Mercer crescimento real: De 0 a 24 anos: 1,25% De 25 a 54 anos: 2,75% De 55 a 79 anos: 4,75% Acima de 79 anos: 2,25%	Experiência Mercer crescimento real: De 0 a 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% Acima de 79 anos: 2,5%
Tábuas de mortalidade geral	segregada por sexo IAPB 57	segregada por sexo IAPB 57
Tábuas de mortalidade de inválidos	Merced Disability desagravada em 50,00%	Merced Disability desagravada em 50,00%
Tábuas de entrada em invalidez	Até 20 SM: 0,20 (TS) ^ 0,26	Até 20 SM: 0,20 (TS) ^ 0,26
Rotatividade	Acima de 20 SM: 0,22 (TS) ^ 0,32	Acima de 20 SM: 0,22 (TS) ^ 0,32
SM: Salário Mínimo		SM: Salário Mínimo
TS: Tempo de Serviço		TS: Tempo de Serviço
90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.		90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Composição familiar
vi. Taxa para desconto da obrigação atuarial
A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

vii. Seguro de vida
O Conglomerado oferece um seguro de vida para todos os atuais aposentados que também participam do plano de assistência médica e os empregados que tinham 20 anos de serviço e 45 anos de idade em 15 de outubro de 2002. Para fins dos cálculos atuariais o cálculo do plano de saúde contempla os valores associados com o plano de seguro de vida.

33 Limites Operacionais

	2020	2019
Patrimônio líquido ajustado - Nível I	10.082.135	9.128.665
Patrimônio de referência (a)	10.082.135	9.128.665
Alocação de capital (por risco)		
Risco de crédito	3.055.446	2.531.266
Risco de mercado	689.520	1.147.969
Risco de operacional	821.260	580.698
Patrimônio de referência exigido (b)	4.566.226	4.259.933
Margem (a-b)	5.515.909	4.868.732
Ativo ponderado pelo risco (c)	57.077.825	53.249.157
Índice de Basileia	17,66%	17,14%

34 Outras informações

a) O Conglomerado é administrador de fundos de investimentos cujos patrimônios líquidos totalizam R\$ 11.061.430 (2019 - R\$ 10.605.852) e de carteiras administradas que totalizam R\$ 111.475 (2019 - R\$ 108.851).
b) Como parte das atividades normais, o Conglomerado assume compromissos e responsabilidades com avisos e fianças prestadas a clientes apresentados a seguir, os principais critérios e informações utilizados para a constituição da provisão para perdas estão descritos na nota 3.h.

	2020	2019
Beneficiários em garantias prestadas		
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	201.943	104.376
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	1.923.752	2.013.487
Vinculadas ao Fornecedor de Mercadorias	269.833	597.246
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	2.826.533	3.119.824
Outras Fianças Bancárias	5.380.911	5.108.557
Total	10.602.972	10.943.490
Créditos abertos para importação	132.211	12.328
Créditos de exportação confirmados	758	25.251
Total	10.735.941	10.981.069
Provisão para garantias financeiras prestadas		
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	(102)	(999)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	(10.896)	(6.750)
Vinculadas ao Fornecedor de Mercadorias	(756)	(6.157)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	(8.549)	(7.007)
Outras Fianças Bancárias	(145.077)	(39.298)
Total	(165.380)	(60.211)
Total líquido	10.570.561	10.920.858

A Diretoria

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.
De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê: i. avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente; ii. avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e iii. avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O Comitê reuniu-se formalmente por 13 vezes no período de 1º de janeiro de 2020 a 12 de março de 2021, onde desenvolveu as seguintes atividades:
a. Reuniões, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos

contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos e gerenciamento integrado de riscos, respectivamente.
d. Em atendimento à Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de 2020, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da

independentes, em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre essas demonstrações.
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito
Ver notas explicativas 3h, 3j e 8 das demonstrações financeiras.
Principal assunto de auditoria
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h 3j e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o Conglomerado classifica suas operações de crédito, que compreendem operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco ("ratings") de acordo com o julgamento do Conglomerado, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e

garantidores, observando os parâmetros previstos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Conglomerado aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada nível de risco para fins de mensuração da provisão, e a complementação, quando necessário, com base em metodologia interna (provisão adicional). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do Conglomerado, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Conglomerado quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da COVID-19, inerentes à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito em função da complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como do julgamento envolvido, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.
Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.
Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral, disponibilizada pelo Conglomerado, que suporta a definição e revisão dos ratings dos clientes com base nas Políticas Internas de Crédito. Efetuamos (i) o recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme percentuais de perda determinados para cada nível de risco e avaliamos se o Conglomerado atendeu aos requisitos

contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos e gerenciamento integrado de riscos, respectivamente.
d. Em atendimento à Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de 2020, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da

independentes, em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre essas demonstrações.
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito
Ver notas explicativas 3h, 3j e 8 das demonstrações financeiras.
Principal assunto de auditoria
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h 3j e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o Conglomerado classifica suas operações de crédito, que compreendem operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco ("ratings") de acordo com o julgamento do Conglomerado, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e

garantidores, observando os parâmetros previstos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Conglomerado aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada nível de risco para fins de mensuração da provisão, e a complementação, quando necessário, com base em metodologia interna (provisão adicional). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do Conglomerado, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Conglomerado quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da COVID-19, inerentes à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito em função da complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como do julgamento envolvido, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.
Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.
Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral, disponibilizada pelo Conglomerado, que suporta a definição e revisão dos ratings dos clientes com base nas Políticas Internas de Crédito. Efetuamos (i) o recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme percentuais de perda determinados para cada nível de risco e avaliamos se o Conglomerado atendeu aos requisitos

contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos e gerenciamento integrado de riscos, respectivamente.
d. Em atendimento à Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de 2020, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da

independentes, em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre essas demonstrações.
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito
Ver notas explicativas 3h, 3j e 8 das demonstrações financeiras.
Principal assunto de auditoria
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h 3j e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o Conglomerado classifica suas operações de crédito, que compreendem operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco ("ratings") de acordo com o julgamento do Conglomerado, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e

garantidores, observando os parâmetros previstos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Conglomerado aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada nível de risco para fins de mensuração da provisão, e a complementação, quando necessário, com base em metodologia interna (provisão adicional). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do Conglomerado, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Conglomerado quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da COVID-19, inerentes à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito em função da complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como do julgamento envolvido, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.
Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.
Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral, disponibilizada pelo Conglomerado, que suporta a definição e revisão dos ratings dos clientes com base nas Políticas Internas de Crédito. Efetuamos (i) o recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme percentuais de perda determinados para cada nível de risco e avaliamos se o Conglomerado atendeu aos requisitos

contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos e gerenciamento integrado de riscos, respectivamente.
d. Em atendimento à Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de 2020, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da

independentes, em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre essas demonstrações.
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito
Ver notas explicativas 3h, 3j e 8 das demonstrações financeiras.
Principal assunto de auditoria
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h 3j e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o Conglomerado classifica suas operações de crédito, que compreendem operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco ("ratings") de acordo com o julgamento do Conglomerado, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e

garantidores, observando os parâmetros previstos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Conglomerado aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada nível de risco para fins de mensuração da provisão, e a complementação, quando necessário, com base em metodologia interna (provisão adicional). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do Conglomerado, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Conglomerado quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da COVID-19, inerentes à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito em função da complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como do julgamento envolvido, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.
Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.
Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral, disponibilizada pelo Conglomerado, que suporta a definição e revisão dos ratings dos clientes com base nas Políticas Internas de Crédito. Efetuamos (i) o recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme percentuais de perda determinados para cada nível de risco e avaliamos se o Conglomerado atendeu aos requisitos

contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos e gerenciamento integrado de riscos, respectivamente.
d. Em atendimento à Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de 2020, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da

independentes, em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre essas demonstrações.
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito
Ver notas explicativas 3h, 3j e 8 das demonstrações financeiras.
Principal assunto de auditoria
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h 3j e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o Conglomerado classifica suas operações de crédito, que compreendem operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco ("ratings") de acordo com o julgamento do Conglomerado, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e

garantidores, observando os parâmetros previstos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Conglomerado aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada nível de risco para fins de mensuração da provisão, e a complementação, quando necessário, com base em metodologia interna (provisão adicional). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do Conglomerado, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Conglomerado quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da COVID-19, inerentes à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito em função da complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como do julgamento envolvido, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.
Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.
Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral, disponibilizada pelo Conglomerado, que suporta a definição e revisão dos ratings dos clientes com base nas Políticas Internas de Crédito. Efetuamos (i) o recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme percentuais de perda determinados para cada nível de risco e avaliamos se o Conglomerado atendeu aos requisitos

c) O resultado não operacional está composto da seguinte forma:

	2º Semestre		Exercícios	
	2020	2020	2020	2019
Receita não operacional				
Lucros com alienação de valores e bens	29	276	868	
Rendas de aluguéis	3.059	7.201	7.061	
Outras rendas não operacionais	402	803	764	
Total	3.490	8.280	8.693	
Despesa não operacional				
Prejuízo na alienação de valores e bens ⁽¹⁾	(13)	(343)	(335)	
Total	(13)	(343)	(335)	
Total líquido	3.477	7.937	8.358	

⁽¹⁾ Inclui baixas de Softwares.
d) Resultados recorrentes e não recorrentes
Apresentação do resultado recorrente e não recorrente do Conglomerado, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e segundo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	2020	2019
Lucro líquido contábil	1.238.511	1.533.026
Ajustes de avaliação patrimonial não incluídos no lucro líquido contábil	(17.160)	54.

→ continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e (ii) o recálculo da provisão adicional, apurada com base em metodologia interna. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3h, 3j e 8 estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a avaliação da mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, no contexto das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários

Ver notas explicativas 3e, 3g, 6 e 7 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3e, 3g, 6 e 7, o Conglomerado possui operações com instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos "para negociação" e "disponíveis para venda" (em conjunto "instrumentos financeiros") registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados, a mensuração dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Conglomerado efetua julgamentos na elaboração dos seus modelos internos e nas premissas utilizadas para estimar esses valores. Adicionalmente, os ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda" são avaliados quanto a indicadores de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua mensuração. Devido ao nível de incerteza e de julgamento envolvido, acentuado pelo atual estado de pandemia em razão da COVID-19, consideramos a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e a avaliação de indicadores de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda" como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários e de revisão dos indicadores de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda". Avaliamos, por amostragem, e com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, a razoabilidade dos dados, parâmetros e informações incluídos nos modelos utilizados para mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e recalculamos os correspondentes valores de mercado dessas operações. Avaliamos, por amostragem, os indicadores de evidência de perda do valor recuperável de instrumentos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda". Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3e, 3g, 6 e 7 estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e a avaliação dos indicadores de perda do valor recuperável, no contexto das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Provisões para contingências e passivos contingentes

Ver notas explicativas 3p e 24 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3p e 24, o Conglomerado é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Conglomerado. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e

divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados a reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências trabalhistas relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados externos, os critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados, bem como dados e informações históricas. Efetuamos ainda o recálculo da provisão para contingências trabalhistas relevantes com base nos históricos de valores pagos dos últimos 18 meses. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências cíveis relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados externos, e a documentação suporte para o racional considerado pelo Conglomerado na mensuração da provisão para contingências cíveis relevantes. Efetuamos ainda o recálculo da atualização monetária dos valores provisionados. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências fiscais, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados externos, e avaliamos a documentação suporte para o racional considerado pelo Conglomerado na mensuração da provisão relacionada aos principais assuntos fiscais envolvendo o Conglomerado, e recalculamos a atualização monetária dos valores provisionados. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3p e 24 estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável as provisões para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscal do Conglomerado e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 16 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório dos auditores

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis combinadas do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 16 de março de 2021.

Rodrigo de Mattos Lia
Contador - CRC 1SP252418/O-3

JÁ SÃO DUAS DÉCADAS TRABALHANDO EM FRENTE DE ESG. E ISSO É SÓ O COMEÇO.

Em todo o mundo, financiamos oportunidades de negócios com impactos ambientais e sociais positivos, mitigando os riscos associados às transações dos nossos clientes e reduzindo nossa pegada de carbono.

Em 2020, lançamos a nossa nova **Estratégia de Progresso Sustentável** para 2025, reforçando nosso compromisso com finanças sustentáveis e estabelecendo uma nova meta de financiamento ambiental de **US\$ 250 bilhões** em cinco anos, com o objetivo de acelerar a transição para baixo carbono, em parceria com nossos clientes.

Apenas em janeiro de 2021, participamos de cinco grandes deals, que trarão impactos ambientais e sociais positivos.

btg pactual
5-year Green Bonds
US\$ 500 milhões
Janeiro 2021

Klablin
10-year Sustainability-Linked Bonds
US\$ 500 milhões
Janeiro 2021

AMAGGI
7-year Sustainability Bonds
US\$ 750 milhões
Janeiro 2021

Itaú
10-year Sustainable Tier 2 Bonds
US\$ 500 milhões
Janeiro 2021

movida
abrigado de carros
10NC5 Sustainability-Linked Bonds
US\$ 500 milhões
Janeiro 2021